

Divergências dificultam resolução do Conselho de Segurança sobre a Coreia do Norte

***Alexandre Ratsuo Uehara**

No último dia 12 de junho, o Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU) anunciou a Resolução 1879(2009) em relação ao teste nuclear realizado pela Coreia do Norte em 25 de maio. No primeiro parágrafo do documento afirma-se que as decisões foram aprovadas por unanimidade e que são marcadas por um endurecimento das sanções contra Pyongyang, como: bloqueio de fundos que possam estar relacionados a atividades de desenvolvimento de tecnologias nuclear ou de mísseis; ampliando as proibições contra a importação e exportação de armas; e convoca os estados membros da organização a inspecionarem todos os veículos que sejam suspeitos de violação da resolução do Conselho e destruïrem cargas proibidas de serem comercializadas pelo país.

A aprovação dessa resolução por unanimidade pode induzir o leitor a interpretá-la como se os interesses entre os países membros do CS fossem homogêneos. De fato, existem percepções comuns como sobre o fato de que as ameaças e temores de ações do governo da Coreia do Norte têm se tornado crescentes, tanto pelos seus vizinhos, particularmente Japão e Coreia do sul, como pela comunidade internacional como um todo. Isso se deve ao aumento do poder militar da Coreia do Norte nos últimos anos e a ampliação das tensões nas negociações político-diplomáticas com o governo norte-coreano nos últimos meses. No entanto, os interesses e a forma dos países envolvidos nas negociações no problema norte-coreano não são consensuais. Há os próprios interesses norte-coreanos, que nem sempre se acomodam as propostas de seus parceiros e, também, há divergências entre os demais negociadores.

Pode-se entender que a radicalização do governo da Coreia do Norte é resultante da deterioração da sua inserção internacional desde o final da Guerra Fria, quando a China e a ex-União Soviética – dois importantes parceiros – passaram a se aproximar do mundo capitalista. No caso de Pequim, reformas econômicas desenvolvidas desde 1979 transformaram o país num importante ator do mundo capitalista. A ex-URSS desintegrou-se em 1991, passou também por transformações econômicas e atualmente as relações econômicas no país são predominantemente capitalistas, em que se destaca uma importante participação de empresas privadas. O fim da potência soviética resultou em drásticas reduções das ajudas econômicas russas à Pyongyang e trocas comerciais deixaram de ser por escambo, prática adotada no ano seguinte também por Pequim, impondo maiores dificuldades à economia norte-coreana.

O governo chinês já nos primeiros anos da década de 1990 estimulava o governo norte-coreano a buscar conversações com seus vizinhos e com os EUA para não cair no isolamento internacional. Conversações com os EUA conduziram ao acordo de 1994, porém a sua morte de Kim Il Sung em 1994 impôs um período de três de transição anos na Coreia do Norte, até que Kim Jong Il assumisse a liderança do país em 1997. Essa situação dificultou as conversações externas, no entanto, problemas internos – as inundações nos anos de 1995 e 1996 e a seca em 1997 – impuseram maiores dificuldades aos norte-coreanos, que associadas à disposição dos governos da Coreia do Sul e dos Estados Unidos em negociar conduziram a alguns entendimentos.

Entre meados da década de 1990 início do século XXI, houve sinais de aproximação, podendo-se mencionar a reunião de cúpula entre o então presidente da Coreia do Sul, Kim Dae Jung, e da Coreia do Norte, Kim Jong Il, em 14 de junho de 2000, na qual foi assinado um acordo que visava cooperação econômica, reconciliação nacional, diminuição das tensões militares e a reunião de famílias separadas pela guerra. O processo de distensionamento, reverte-se com a decisão de 2002 do governo do presidente Bush em incluir a Coreia do Norte no eixo do mal e derrotar esse país por meio de políticas de isolamento. Como resultado, em dezembro desse ano, Pyongyang anunciou seu afastamento do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP).

A decisão de abandono da TNP colocou mais dificuldades nas negociações internacionais, e no período de 2002 a 2007, apesar das solicitações de outros países envolvidos nas negociações, inclusive aliados, como Coreia do Sul e Japão havia resistências por parte de Washington, em negociar bilateralmente com Pyongyang. A recusa em se negociar diretamente com Pyongyang era porque Washington considera que isso é dar uma vitória diplomática aos norte-coreanos - reconhecimento da importância do país na política externa norte-americana. Essa postura forneceu tempo e argumento para que a Coreia do Norte concretizasse, em 2006, os testes do míssil de longo alcance em julho e da explosão nuclear em outubro. Esses fatos conduziram a reunião de janeiro de 2007, em Berlim, entre o negociador americano, Christopher Hill, e o norte-coreano, Kim Kye-gyan, vista pelos norte-coreanos como uma aceitação de negociações bilaterais, negadas pelo representante da Casa Branca. De qualquer modo, esse encontro permitiu a retomada das negociações.

O ano de 2007 foi um ano em que houve avanços para redução das tensões. Os EUA dão mais um sinal positivo ao governo da Coreia do Norte em novembro de 2008, retirando o nome país da lista de países ligada ao terrorismo, mesmo contrariando interesses do Japão - principal parceiro norte-americano na Ásia – que desejava condicionar essa decisão a uma resposta ao problema dos japoneses seqüestrados for forças norte-coreanas.

Nas relações entre as coreias, entretanto, a tendência de distensionamento interrompida pelas declarações do conservador Lee Myung-bak, eleito presidente da Coreia do Sul no início de 2008, afirmando sua disposição em rever os acordos

firmados por seus antecessores Kim Dae-jung e Roh Moo-Hyun, que buscaram aproximar-se da Coreia do Norte. Em janeiro de 2009, Kim Jong-il utiliza as declarações do presidente sul-coreano, Lee Myung-bak, como novo pretexto para afastar o país das negociações e dos acordos internacionais.

Algumas análises afirmam há uma estratégia da Coreia do Norte de dividir para negociar. Durante o governo Bush a Coreia do Sul, por meio da “Sunshine Policy” era o parceiro próximo, agora esse lugar poderia ser ocupado pelos EUA com a chegada de Obama e sua diplomacia aberta. A Coreia do Sul, por sua vez, passou a ser o inimigo a ser combatido. Essa interpretação pode explicar a declaração do Comitê para a Reunificação Pacífica da Coreia, órgão de Pyongyang, em janeiro de 2009, afirmando a suspensão de todos os pontos acordados sobre o fim dos confrontos militares e políticos com a Coreia do Sul.

Como se pode notar pelos fatos mencionados, a questão norte-coreana teve recuos e avanços motivados pelo governo de Pyongyang, mas não só por causa dele. As posições e interesses de outros atores diretamente envolvidos nas negociações (China, Coreia do Sul, Estados Unidos, Japão e Rússia) variaram e algumas vezes divergiram. Essas divergências longe de acabar, estão presentes e se refletiram no fato dos membros do Conselho de Segurança da ONU demorarem mais de duas semanas para chegarem a resolução contra o segundo teste nuclear de Pyongyang, realizado em 25 de maio de 2009. Essa demora pode ser percebida pelo governo norte-coreano como a existência de espaços para novos desafios.

*** Alexandre Ratsuo Uehara é Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, Professor de Relações Internacionais nas Faculdades Integradas Rio Branco, Membro do Grupo de Conjuntura Internacional da USP – Coordenador da área Japão (aruehara@usp.br).**